

Sumário

1 NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	20
1.1 Conceitos Básicos, Noções de Estado e Governo	20
1.2 Objeto do Direito Administrativo	21
1.3 Regime Jurídico Administrativo	22
1.4 Direito Administrativo e Correntes	23
1.5 Fontes do Direito Administrativo	25
1.6 Competência para Legislar sobre Direito Administrativo	27
1.7 Conceito de Estado	27
1.8 Evolução do Modelo do Estado	28
1.9 Forma de Estado → Federativa	29
1.10 Forma de Governo → Republicana	29
1.11 Sistema de Governo → Presidencialista	30
1.12 Regime de Governo → Democracia	30
1.13 Poderes Estatais	31
1.14 Tribunal de Contas	34
1.15 Conceito de Administração Pública	35
1.15.1 Administração em sentido amplo e em sentido estrito	35
1.15.2 Administração Pública sentido subjetivo e objetivo	36
1.16 Administração Pública Centralizada e Descentralizada	37
1.17 Controle dos Atos Administrativos	38
1.17.1 Sistema Inglês e Sistema Francês	38
2 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	46
2.1 Introdução	46
2.2 Regime Jurídico Administrativo	46
2.3 Legalidade	48
2.4 Exceções à Legalidade	49
2.5 Princípio da Impessoalidade	49
2.6 Princípio da Moralidade	52
2.7 Princípio da Publicidade	53
2.8 Princípio da Eficiência	56
2.9 Demais Princípios que se Encontram Expressos na Constituição	57

2.10	Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade	59
2.10.1	Razoabilidade.....	60
2.10.2	Proporcionalidade	60
2.11	Princípio da Autotutela	60
2.12	Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos	61
2.13	O Princípio da Segurança Jurídica	62
3	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	70
3.1	Administração Direta	70
3.2	Administração Pública Indireta.....	71
3.3	Terceiro Setor	72
3.4	Centralização, Desconcentração e Descentralização.....	72
3.5	Órgão Público	75
3.6	Classificação dos Órgãos Públicos.....	77
3.6.1	Classificação quanto às funções	77
3.6.2	Classificação hierárquica.....	77
3.6.3	Classificação Estrutural (segundo a estrutura).....	77
3.6.4	Classificação funcional	78
3.6.5	Classificação segundo o âmbito de atuação.....	78
3.7	Entidades da Administração Pública Indireta.....	78
3.8	Empresas Subsidiárias.....	81
3.9	Entidades da Administração Indireta em Espécie	81
3.9.1	Autarquias.....	81
3.9.2	Agências Reguladoras	84
3.9.3	Teoria da Captura.....	85
3.9.4	Universidades Públicas	85
3.9.5	Agência Executiva	85
3.9.6	Autarquia Fundacional.....	85
3.9.7	Autarquias Associativas	86
3.9.8	Autarquias de Controle.....	86
3.10	Fundações Públicas	87
3.11	Empresas Estatais	88
3.11.1	Empresa Pública	89
3.11.2	Sociedade de Economia Mista.....	90

4	TERCEIRO SETOR	104
4.1	Conceito de Terceiro Setor	104
4.2	Serviços Sociais Autônomos	104
4.3	Organização Social Civil de Interesse Público - OSCIP	106
4.4	Organizações Sociais	107
4.5	Fundações de Apoio	109
4.6	Organizações da Sociedade Civil	110
5	PODERES ADMINISTRATIVOS	116
5.1	Conceito de Poderes Administrativos	116
5.2	Vinculação e Discricionariedade	116
5.3	Poderes Administrativos em Espécie	118
5.3.1	Poder hierárquico	118
5.3.2	Poder disciplinar	120
5.3.3	Poder Normativo	123
5.4	Poder de Polícia	125
5.5	Atributos do Poder de Polícia	126
5.6	Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	127
5.7	Delegação dos Atos de Polícia	128
5.8	Ciclo do Poder de Polícia	128
5.9	Prescrição das Sanções de Polícia	129
5.10	Uso e Abuso de Poder	129
6	ATOS ADMINISTRATIVOS	136
6.1	Ato e Fato Jurídico	136
6.2	Atos da Administração X Atos Administrativos	136
6.3	Ato Administrativo	137
6.4	Elementos ou Requisitos do Ato Administrativo e seus Vícios	139
6.5	Competência	139
6.6	Finalidade	141
6.7	Forma	142
6.8	Motivo	143
6.9	Objeto	143
6.10	Atributos do Ato Administrativo	145
6.11	Fases de Constituição do Ato Administrativo	146

6.12 Controle do Mérito do Ato Administrativo	147
6.13 Classificação de Atos Administrativos	148
6.13.1 Quanto ao seu regramento.....	148
6.13.2 Quanto aos seus destinatários.....	148
6.13.3 Quanto à formação do ato.....	148
6.13.4 Quanto à exequibilidade.....	149
6.13.5 Quanto ao alcance	149
6.13.6 Quanto ao seu objeto.....	150
6.13.7 Quanto ao seu conteúdo	150
6.13.8 Quanto à validade	150
6.13.9 Quanto ao modo de execução.....	150
6.13.10 Quanto aos resultados.....	150
6.14 Espécies de Atos Administrativos	151
6.15 Extinção dos Atos Administrativos	153
6.16 Hipóteses de Retirada do Ato Administrativo	155
6.16.1 Anulação	155
6.16.2 Limites do dever de anular.....	156
6.16.3 Convalidação	156
6.16.4 Revogação	157
6.16.5 Cassação.....	158
6.16.6 Caducidade.....	158
6.16.7 Contraposição ou derrubada	158
7 LICITAÇÕES PÚBLICAS	168
7.1 Conceito.....	168
7.2 Finalidade.....	169
7.3 Objeto da Licitação	170
7.4 Legislação	171
7.5 Dever de Licitar	172
7.6 Quem não pode Participar do Procedimento Licitatório?	173
7.7 Princípios Constitucionais Incidentes em Matéria de Licitações	174
7.8 Modalidades de Licitação.....	180
7.8.1 Concorrência.....	182
7.8.2 Tomada de Preços.....	184
7.8.3 Convite.....	184
7.8.4 Concurso.....	186

7.8.5 Leilão	186
7.8.6 Pregão	187
7.9 Fracionamento de Despesas.....	189
7.10 Registro de Preços.....	190
7.11 Procedimento da Licitação	191
7.12 Habilitação	194
7.13 Classificação e Julgamento das Propostas.....	195
7.14 Homologação e Adjudicação	195
7.15 Tomada de Preços	197
7.16 Convite	197
7.17 Concurso	197
7.18 Pregão	198
7.19 Pregão Eletrônico.....	199
7.20 Regime Diferenciado de Contratação.....	200
7.21 Contratações Diretas: Licitação Dispensada, Dispensável e Inexigível	201
7.22 Licitação Fracassada e Licitação Deserta.....	204
8 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	216
8.1 Conceito.....	216
8.2 Contrato Administrativo X Contratos da Administração.....	216
8.3 Competência para Legislar Acerca dos Contratos Administrativos	217
8.4 Contratos e Convênios.....	218
8.5 Formalização dos Contratos Administrativos	218
8.6 Características dos Contratos Administrativos	220
8.7 Publicação do Contrato	221
8.8 Regime Jurídico Administrativo.....	221
8.9 Diferenças em Relação aos Contratos Privados	222
8.10 Cláusulas Exorbitantes	222
8.11 Garantia	223
8.12 Rescisão Unilateral.....	224
8.13 Exceção do Contrato não Cumprido	226
8.14 Fiscalização da Execução do Contrato	227
8.15 Ocupação Temporária de Bens	227
8.16 Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato	228

8.16.1	Reajuste.....	229
8.16.2	Atualização monetária.....	229
8.16.3	Recomposição de preços ou revisão de preços	230
8.16.4	Teoria da imprevisão.....	230
8.17	Subcontratação nos Contratos Administrativos	231
8.18	Prorrogação dos Contratos	232
8.19	Responsabilidades Decorrentes do Contrato	232
8.20	Formas de Extinção do Contrato Administrativo	232
8.21	Contratos em Espécie.....	233
8.22	Permissão de Serviço Público.....	235
8.23	Contrato de Concessão de Uso de Bens Públicos	235
8.24	Contrato de Gestão.....	235
8.25	Consórcio Público.....	236
9	AGENTES PÚBLICOS	244
9.1	Agentes Políticos.....	244
9.2	Agentes Administrativos.....	245
9.2.1	Servidores efetivos	245
9.2.2	Requisitos para investidura em cargo público	248
9.2.3	Cargo público de provimento vitalício	249
9.2.4	Cargo público de provimento em comissão	250
9.2.5	Função de confiança	251
9.2.6	Contratação temporária.....	252
9.2.7	Emprego público.....	253
9.3	Agentes Particulares em Colaboração com o Poder Público	253
9.4	Acesso a Cargos, Empregos e Funções Públicas	254
9.5	Validade do Concurso.....	255
9.6	Controle de Legalidade dos Concursos	256
9.7	Tipos de Concurso.....	256
9.8	Exceções ao Concurso Público	257
9.9	Atividade Jurídica	257
9.10	Vagas Reservadas para Negros.....	258
9.11	Reserva de Vagas para Portadores de Deficiência.....	258
9.12	Ocupantes de Cargo Público	259
9.13	Perda da Remuneração	260

9.14 Reposições ou Indenizações ao Erário	260
9.15 Vantagens e Direitos dos Servidores	261
9.16 Das Vantagens	264
9.16.1 Indenizações	264
9.16.2 Gratificações	266
9.17 Adicionais	266
9.17.1 Licenças	268
9.17.2 Afastamento	269
9.17.3 Afastamento para exercício de mandato eletivo	270
9.18 Deveres do Servidor	271
9.19 Proibições dos Servidores	271
9.20 Formas de Provimento	271
9.20.1 Nomeação	271
9.20.2 Promoção	272
9.20.3 Reversão	272
9.20.4 Aproveitamento	272
9.20.5 Reintegração	273
9.20.6 Recondução	273
9.21 Vacância	274
9.22 Formas de Deslocamento	274
9.23 Acumulação de Cargos	275
9.24 Previdência dos Servidores	276
9.25 Processo Administrativo Disciplinar	276
10 RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	294
10.1 Evolução da Responsabilidade	295
10.1.1 Teoria da Irresponsabilidade do Estado (até 1872)	296
10.1.2 Responsabilidade com previsão legal (1873 até 1946)	296
10.1.3 Teoria da Responsabilidade Subjetiva	296
10.1.4 Teoria da Culpa do Serviço ou <i>Faute Du Service</i> - Culpa Anônima	296
10.1.5 Teoria da Responsabilidade Objetiva	297
10.2 Pessoas da Responsabilidade – Quem Responde Objetivamente?	298
10.3 Teoria do Risco Administrativo (Teoria Adotada Pela CF)	299
10.4 Elementos da Responsabilidade	300
10.5 Dano	302

10.6 Teoria do Duplo Efeito do Ato Administrativo	303
10.7 Nexa de Causalidade	303
10.8 Teoria do Risco Integral	303
10.9 Responsabilidade por Omissão do Estado – Culpa pela Má Prestação do Serviço	304
10.10 Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado)	305
10.11 Ação Indenizatória	306
10.11.1 Denúnciação à lide do agente público.....	306
10.11.2 Prazo prescricional para as ações de reparação civil em face do Estado.....	307
10.12 Responsabilidade por Obra Pública	308
10.13 Responsabilidade por Atos Legislativos	308
10.14 Responsabilidade por Atos Judiciais.....	308
11 SERVIÇOS PÚBLICOS	314
11.1 Atividades que não Estão Compreendidas no Conceito de Serviço Público	315
11.2 Princípios Constitucionais Implícitos do Serviço Público (Art. 175 da CF/88)	315
11.2.1 Continuidade do serviço público.....	316
11.2.2 Modicidade das tarifas	317
11.2.3 Princípio da cortesia	318
11.2.4 Igualdade entre os usuários	318
11.2.5 Adequação ao serviço público	318
11.2.6 Universalidade ou generalidade.....	318
11.2.7 Adaptabilidade ou atualidade.....	319
11.3 Formas de Prestação do Serviço Público	319
11.4 Classificação dos Serviços Públicos	319
11.4.1 Quanto à essencialidade.....	319
11.4.2 Quanto à adequação	319
11.4.3 Quanto à finalidade	320
11.5 Serviços Públicos <i>Uti Universi e Uti Singuli</i>	320
11.6 Classificação Apresentada pelo Autor Celso Antônio Bandeira de Melo	321
11.7 Concessão e Permissão de Serviço Público.....	322
11.7.1 Poder concedente	323
11.7.2 Prazo	323
11.7.3 Subconcessão.....	323
11.7.4 Direitos e obrigações do usuário	324
11.7.5 Obrigações da concessionária	324

11.7.6 Prerrogativas do Poder Concedente	325
11.7.7 Extinção	325
11.7.8 Intervenção na Concessão	326
11.7.9 Advento do Termo	326
11.7.10 Encampação	327
11.7.11 Caducidade	327
11.7.12 Rescisão Judicial	328
11.7.13 Anulação	328
11.8 Parceria Público-Privada	328
11.9 Permissão	330
12 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	340
12.1 Atos de Improbidade Administrativa	342
12.2 Nova Hipótese de Ato de Improbidade Administrativa	344
12.3 Procedimento	344
12.4 Ação de Improbidade Administrativa	345
13 PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	356
13.1 Princípios	356
13.2 Direitos e Deveres dos Administrados	358
13.3 Processo Administrativo	359
13.3.1 Impedimento e suspeição	360
13.3.2 Direito a regime de tramitação prioritária	360
13.3.3 Intimação do interessado	360
13.3.4 Instrução e decisão	361
13.3.5 Recursos administrativos	362
13.3.6 Recurso Hierárquico e Recurso Hierárquico Impróprio	363
13.3.7 Contagem de prazos	363
14 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	370
14.1 Classificação das Formas de Controle	370
14.2 Classificação Quanto ao Momento do Exercício	370
14.3 Classificação Quanto à Origem	371
14.4 Classificação Quanto ao Aspecto Controlado	372
14.5 Classificação Quanto ao Órgão Controlador	373
14.6 Controle Legislativo ou Parlamentar	373
14.7 Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	375

14.8 Tribunal de Contas	375
14.9 Os Tribunais de Contas e o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	377
14.10 Controle Judicial	377
14.11 Mandado de Segurança	378
14.11.1 Mandado de segurança coletivo	378
14.11.2 Diferença entre o mandado de segurança e ação popular	379
14.12 Ação Popular	379
14.12.1 Sujeitos	380
14.13 Ação Civil Pública	380
14.13.1 Diferenças entre ação civil pública e ação popular	380